

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE REPÚBLICA ATRAVÉS DE MAQUIAVEL

ANTONIO CARLOS MAIA GISSONI¹; SÔNIA MARIA SCHIO³

¹Universidade Federal de Pelotas – antoniogissoni@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – soniaschio@hotmail.com (orientadora)

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa o conceito de República¹ segundo o pensamento de Nicolau Maquiavel. Dessa forma, o estudo bibliográfico concentra-se nas obras *O príncipe* (1531) e *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1531), formando o núcleo do material maquiaveliano que aborda a prática política e a implantação de um sistema político republicano em uma sociedade. Contudo, para essa análise as obras *A República* de Platão (1990), *A Política* de Aristóteles (2006) e *Da República* de Cícero (1973) fornecerão elementos para caracterizar os tipos de governos e como Maquiavel justificou seu pensamento republicano baseado no modelo romano de república. Por certo, ainda há o acréscimo dos materiais disponibilizados por comentadores de Maquiavel como Newton Bignotto em *Maquiavel republicano*, Lauro Escorel em *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* (2014), Fichte em *Pensamento Político de Maquiavel* (2010), além dos materiais que não foram analisados integralmente ou mesmo que ainda são desconhecidos, mas que de alguma forma possam vir a contribuir para essa pesquisa sobre o conceito de república idealizada por Maquiavel como sendo a melhor forma de governo.

O pensamento de Maquiavel² distanciou-se da tradição medieval da recompensa divina que ainda vigorava no início do século XVI e teve como base a *veritta efetuale*³, ou seja, a preocupação do autor era com a realidade política que se apresentava e a eficácia da ação política neste contexto. Nessa via, para justificar a adoção de uma forma de governo que contemplasse os interesses do tecido social, Maquiavel tomou a História como repositório do conhecimento indissociável à arte política e declarou o modelo romano de república como um sistema político apto às demandas oriundas dos estratos sociais que requeriam suas representações políticas no momento das decisões. Em sua obra *O príncipe*⁴ (1531), por exemplo, o autor já dava os primeiros sinais de uma forma de organização política caracterizada pela representação legítima entre forças antagônicas. Por suas palavras “(...) em toda cidade se encontram essas duas tendências opostas: de uma parte, o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos poderosos, de outra, os poderosos querem

¹ De acordo com Maquiavel em *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1531) “O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita.” (MAQUIAVEL, 1979), referindo-se à divisão do poder político entre a monarquia, a aristocracia e o governo popular.

² Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (1469-1527); natural de Florença foi chanceler, poeta, politólogo e autor de obras políticas.

³ Ao invés de usar argumentos divinos, metafísicos como pano de fundo na análise da Política, corroborando com a prática herdada do período Medieval, Maquiavel se vale da realidade, das circunstâncias mesmas, para explicar o jogo político. A verdade efetiva das coisas.

⁴ Obra escrita em 1513 durante seu exílio e dedicado a Lourenço de Médici. Porém, fora publicada em 1531, após a morte de Maquiavel. Concebida como um manual prático de Política discorria acerca da virtú necessária – virtude - referentes aos esforços à obtenção e manutenção do poder, assim como da imprevisibilidade dos acontecimentos – fortuna.

comandar e oprimir o povo (...)" (MAQUIAVEL, 2010). E em *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*⁵ (1531), obra na qual expôs minuciosamente sua predileção ao modelo romano de república, Maquiavel endossou o que havia escrito anteriormente ao declarar que "(...) há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática." (MAQUIAVEL, 1979). Nesse percurso, Maquiavel visualizou os efeitos nocivos da confusão gerada pela condução política arbitrária ou incapaz de direcionar esses ímpetus aflorados à cuidar de uma causa maior – o Estado. Ao contrário do que havia acontecido em Roma no período republicano, onde o choque entre as forças antagônicas (povo e o Senado) resultou no ponto alto deste sistema político de acordo com Maquiavel.

Visto o propósito de constituir um sistema político estável, assim como na época de Maquiavel, ainda hoje norteia a atividade política mundial e chama atenção por sua notoriedade. Assim, essa pesquisa procura destacar os argumentos que Maquiavel recorreu para elucidar a república romana como modelo político e verificar a aplicabilidade e viabilidade de suas considerações na política atual. Pois o aprofundamento da pesquisa acadêmica no campo conceitual da Política, além do estudo minucioso sobre conceitos específicos como a República, ocasionam condições favoráveis ao aperfeiçoamento dos mecanismos de atuação do republicanismo nas sociedades embasadas em seus princípios e que estão presentes na atualidade.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa toma como base a pesquisa bibliográfica das obras de Nicolau Maquiavel. A partir das obras *O príncipe* e *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* busca-se verificar quais elementos Maquiavel utilizou para justificar sua racionalidade prática no campo político e sua ideia de república inspirada no modelo romano de república como um exemplo a ser seguido pelas sociedades dispostas a contrabalancear o acesso ao poder em nome da estabilidade política. Contudo, esta pesquisa não se restringe à pura análise dos pensamentos e fatos dos períodos passados, mas também busca utilizar a atualidade da atividade política como fonte de material empírico e conceitual para justificar a presença de elementos maquiavelianos na formação e condução de um Estado republicano.

Dessa forma, a revisão bibliográfica das obras de Maquiavel, além de autores como Aristóteles, Cícero, Platão e demais alinhados aos temas Política e República, é reforçada pela coleta de material no tempo presente a fim de fornecer resultados que legitimem um sistema político republicano como forma viável de governo. Contudo, é essencial a continuidade da pesquisa sobre as características que dão formato ao modelo republicano de Maquiavel, visto a exigência da pesquisa continua acerca do legado filosófico político e seus reflexos nas sociedades. Assim, o embasamento teórico e a análise das práticas políticas são engendrados com o propósito de fornecer um resultado satisfatório para o entendimento do pensamento político maquiaveliano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

⁵ Obra escrita durante seus ofícios na chancelaria florentina, porém editada em 1531 após o falecimento de Maquiavel. Dividido em três partes, possui elementos em comum com *O príncipe*, mas basicamente aborda a história de Roma e seu auge republicano. Seu conteúdo é baseado no relato do historiador romano Tito Lívio e compara o sucesso de instituições da antiguidade com a realidade tumultuada que Florença vivia entre o século XV e XVI.

Esta pesquisa sobre o pensamento republicano de Maquiavel encontra-se nos trabalhos preliminares, pois ainda há a necessidade de buscar uma maior quantidade de elementos teóricos para elaborar um conceito de República segundo o pensamento de Maquiavel.

A influência da Antiguidade clássica em suas obras e a defesa por um sistema republicano ao molde do modelo romano mostrou como a História servia de guia para a ação política do presente de acordo com o autor. Além disso, o autor frisou como a disputa pelo poder enquanto um fim em si mesmo abalava a conjuntura política de um Estado, pois apontou fatos históricos em que o poder foi requerido ao controle restrito de determinada parcela da sociedade e esta parcela, na grande parte das ocasiões, acabou por desprezar o respeito pela vida pública em detrimento de um objetivo egoísta e ilegítimo. Segundo Maquiavel, o apogeu da república romana foi alcançado devido à presença de representantes de patrícios (nobres) e plebeus (povo) nas deliberações acerca da política da época – século VI a.c. Em outras palavras, com a representatividade das parcelas sociais na esfera das decisões, seria possível que um Estado estabelecido a partir da orientação republicana de organização garantisse condições adequadas ao exercício do poder político à causa pública. Dessa forma, a ação política não seria um monopólio de determinado grupo, mas sim um instrumento de ação conjunta que ofereceria condições de transformar qualitativamente as sociedades com as referidas características.

No entanto, a análise do pensamento maquiaveliano não se resume a substituição de um modelo político desgastado por um modelo republicano de governo, tampouco a simples divisão do poder de decisão política. Certo que a atividade política é marcada por conflitos e hostilidades em épocas passadas e até mesmo na atualidade, isso por acaba por fomentar a análise acadêmica criteriosa dessas ideias que preenchem o imaginário humano e se manifestam no cotidiano. É a constatação da necessidade de renovar o pensamento e a prática política continuamente. Assim, essa pesquisa procura oferecer elementos que contribuam para o enriquecimento do debate acadêmico e suscitem debates sobre formas de governos, seus mecanismos políticos e as características que formam os representantes à altura da complexidade do assunto.

4. CONCLUSÕES

A análise da Política por um viés realista, e não ideal, possibilita avaliar as ações segundo sua efetividade na realidade, deixando de lado o apelo àquilo que poderiam ser enquanto no plano contemplativo. Todavia, é importante ressaltar aspectos éticos e morais nessas avaliações, pois do contrário não há Estado que se sustente sem o mínimo de respeito entre seus concidadãos e respectivas instituições. Por essa via, os estudos direcionados às questões da vitalidade de um Estado, especificamente o republicano, são fundamentais à reflexão acerca dos atos políticos que dizem respeito à causa pública. Uma vez que a busca por estabilidade política enseja às forças que compõem o cenário político uma maneira de renovar a condução política desprendendo-a de arbitrariedades pelas quais possam estar submetidas.

Dessa forma os conceitos e ideais advindas do amadurecimento do estudo político (Filosofia e Ciência) são elementares ao trabalho de interpretação e simplificação da linguagem da problemática política, ao invés de torná-la um

privilégio de indivíduos ou grupos destituídos de quaisquer parâmetros que resguardem a estabilidade da condução política de um Estado. Conclui-se, então, a possibilidade de repensar conceitos e regras propostas por Maquiavel, assim como de outros autores da área política e filosófica, e a partir de uma perspectiva contextualizada à atual disposição política mundial observar a existências que corroboram para a fundamentação da proposta maquiaveliana de governo republicano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. A. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BIGNOTTO, N. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BIGNOTTO, N. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.
- CÍCERO, M. T. **Da República**. São Paulo: Editora Atena, 1973.
- DUROZOI, G; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Porto: Porto, 2000.
- ESCOREL, L. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FICHTE. **Pensamento político de Maquiavel**. São Paulo: Hedra, 2010.
- LOBROT, M. **A favor ou contra a autoridade**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MAQUIAVEL, N. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- MACHIAVELLI, N. **Il Principe**. Siena: Lorenzo Barbera Editore Srl, 2007.
- PINZANI, A. **Maquiavel & O príncipe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- SKINNER, Q. **Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 2012.